



Sistemologia: uma proposta

Filosofia · sistema de pensamento · 11 de setembro de 2026

Há algum tempo tenho usado uma forma de análise que eu chamava, por falta de nome melhor, de análise de cosmovisão. Esse nome funcionava quando o trabalho consistia principalmente em separar uma cosmovisão por áreas. Só que eu já estava fazendo outra coisa: pegava um autor, uma escola, uma ideologia ou uma tradição, procurava seus princípios fundamentais, comparava suas afirmações, verificava as consequências e depois perguntava como aquilo se relacionava com o Escrituralismo. Conforme esse trabalho ficou mais rigoroso, “análise de cosmovisão” passou a dizer pouco sobre o método usado.

Uma cosmovisão pode ser descrita em categorias: Deus, homem, mundo, conhecimento, moral, sociedade, história. Isso ajuda. Mas a tarefa que me interessa vai além da descrição dessas categorias. Quero saber quais proposições sustentam as outras, o que precisa ser pressuposto antes de determinada afirmação, quais consequências decorrem de um princípio, onde duas partes do mesmo sistema entram em contradição, quais conclusões o próprio autor não desenvolveu e como um sistema pode ser comparado com outro sem reduzir ambos a uma lista de opiniões.

Foi daí que pensei no termo **Sistemologia**.

A palavra já tem uso na literatura ligada à teoria geral dos sistemas e à filosofia dos sistemas. Há, inclusive, trabalhos que tratam cosmovisões como sistemas e propõem formas sistemáticas de examiná-las.^[^1] Isso exige uma delimitação desde o começo, porque o uso que proponho aqui é filosófico e proposicional. A proposta toma como objeto os **sistemas de pensamento**, especialmente os sistemas filosóficos e as cosmovisões. Sistemas físicos, biológicos, tecnológicos ou organizacionais pertencem a outro campo de investigação.

Minha proposta inicial pode ser formulada assim:

Sistemologia é a disciplina filosófica que estuda a formação, os princípios, a estrutura lógica, as relações internas, as consequências, a coerência, o alcance e as aplicações dos sistemas de pensamento, com atenção especial à relação entre princípio primeiro, sistema filosófico, cosmovisão e suas aplicações.

Essa definição ainda precisa de desenvolvimento, mas já indica o ponto principal. A Sistemologia considera um pensamento como conjunto organizado de proposições. Algumas proposições funcionam como princípios, outras formam a estrutura filosófica fundamental, outras aparecem na interpretação abrangente da realidade e outras chegam como conclusões, teorias ou aplicações particulares. O trabalho

sistemológico procura identificar essas relações e reconstruí-las de modo inteligível.

Sistema de pensamento, sistema filosófico e cosmovisão

Antes de avançar, algumas distinções são necessárias. Elas são importantes porque a tradição escrituralista nem sempre usa esses termos do mesmo modo que proponho aqui. Cheung, por exemplo, descreve a cosmovisão como uma rede de proposições inter-relacionadas, afirma que toda cosmovisão exige um primeiro princípio ou autoridade última e usa, nesse contexto, religião, filosofia e sistema de pensamento com forte sobreposição. [^2] Crampton e Bacon são ainda mais explícitos ao tratar cosmovisão e filosofia como palavras praticamente sinônimas e ao apresentar epistemologia, metafísica, ética e política como elementos básicos de uma filosofia ou cosmovisão.[^3]

Esses autores fornecem parte do caminho que estou seguindo, mas a Sistemologia precisa de uma distinção mais apertada para fazer o trabalho que proponho.

Chamo de **sistema de pensamento** um conjunto suficientemente organizado de proposições relacionadas entre si. Essa é a categoria mais ampla. A organização pode ter sido construída conscientemente pelo autor ou pode precisar ser reconstruída pelo intérprete. Um economista pode desenvolver um sistema de pensamento sem escrever uma filosofia completa. Uma teoria política também pode ter pressupostos epistemológicos, antropológicos e morais que nunca foram apresentados em um único lugar.

Um **sistema filosófico**, no sentido que proponho aqui, reúne as bases fundacionais pelas quais alguém responde, de modo consciente ou implícito, às questões que determinam o restante do pensamento. Ele trata de conhecimento, realidade, verdade, homem, valor, linguagem, causalidade, ética, política e outras questões fundamentais conforme o alcance de cada sistema. Platão, Kant, Hegel, Tomás de Aquino, Dooyeweerd, Van Til e Gordon Clark podem ser estudados nesse nível, embora cada um organize seus assuntos de modo muito diferente.

A epistemologia recebe atenção especial nessa reconstrução. Crampton e Bacon a chamam de componente-chave de qualquer sistema teológico ou filosófico porque metafísica, ética e teoria política só podem ser estabelecidas sobre uma base epistemológica. [^4] Não tomo isso como uma fórmula que obriga todo filósofo a organizar seus livros na mesma ordem, mas como uma indicação estrutural: antes de aceitar o que um sistema afirma sobre realidade, homem ou moral, é preciso perguntar como esse sistema diz conhecer tais coisas.

A **cosmovisão** é, na taxonomia sistemológica que proponho, a expressão abrangente resultante desse sistema filosófico. Ela reúne as crenças pelas quais uma pessoa, grupo ou tradição interpreta Deus, realidade, conhecimento, homem, valor, história e ação. Digo “resultante” em sentido lógico e estrutural, não necessariamente cronológico. A maioria das pessoas não escreve primeiro sua epistemologia e sua metafísica para depois adquirir uma cosmovisão. Elas já interpretam o mundo, fazem juízos e tomam decisões, muitas vezes sem perceber as bases filosóficas que pressupõem. O trabalho sistemológico pode seguir no sentido inverso e reconstruir essas bases a partir das crenças e aplicações que aparecem na vida, nos textos ou nas instituições.

Essa formulação aproveita Cheung, Crampton e Bacon sem ficar presa à terminologia deles. Cheung mostra com força a necessidade de um primeiro princípio do qual o restante do sistema possa ser derivado, e insiste que esse princípio precisa fornecer conteúdo suficiente para uma cosmovisão abrangente. [^5] Crampton e Bacon mostram como uma filosofia organiza respostas para as questões fundamentais e como a epistemologia condiciona o restante. A Sistemologia acrescenta uma separação analítica entre o sistema filosófico fundacional e a cosmovisão abrangente que dele resulta. Essa

separação permite localizar com mais precisão onde uma divergência começa e em qual nível ela aparece.

Assim, toda cosmovisão pode ser estudada como sistema de pensamento, mas muitos sistemas de pensamento tratam de apenas uma parte da realidade e não chegam a oferecer uma cosmovisão completa. Além disso, duas pessoas podem coincidir em uma aplicação particular e depender de sistemas filosóficos diferentes; também podem usar o mesmo rótulo de cosmovisão enquanto sustentam bases epistemológicas incompatíveis. A Sistemologia precisa ser capaz de mostrar essas diferenças.

Essa distinção ajuda porque evita o uso frouxo da palavra “cosmovisão”. Atualmente quase qualquer conjunto de preferências recebe esse nome. A Sistemologia exige algo mais preciso: qual é o princípio primeiro? Quais proposições formam a estrutura filosófica fundamental? Como essa estrutura aparece na cosmovisão? Quais crenças e aplicações dependem dela? Que conhecimento é reivindicado? Como esse conhecimento foi obtido?

A unidade básica: a proposição

Se o objeto é um sistema de pensamento, a unidade básica da análise precisa ser a proposição. Pessoas escrevem livros, discursos, manifestos, tratados, sermões e artigos; sistemas de pensamento, contudo, podem ser reconstruídos pelo que esses textos afirmam.

Isso permite separar várias coisas que frequentemente são misturadas. Uma afirmação explícita do autor tem um estatuto. Uma consequência lógica dessa afirmação tem outro. Uma interpretação provável tem outro. Uma aplicação posterior feita por discípulos também precisa ser identificada como tal. A Sistemologia perde rigor quando atribui ao autor uma conclusão que ele nunca afirmou, ainda que essa conclusão possa ser deduzida do que ele disse.

Por isso, a análise precisa fazer duas distinções ao mesmo tempo. A primeira separa o princípio primeiro, as proposições filosóficas fundamentais, a cosmovisão abrangente e as aplicações particulares. A segunda separa o que o autor afirma expressamente, o que ele pressupõe, o que decorre de suas proposições e o que pode ser desenvolvido a partir delas. Isso evita atribuir ao autor uma conclusão que pertence ao intérprete e também permite dizer em qual nível do sistema determinada divergência aparece.

Aqui a lógica tem função central. Sem lógica, a Sistemologia se reduz a uma descrição temática sofisticada. Com lógica, torna-se possível examinar dependência, compatibilidade, contradição, validade e implicação.

Axiomatização e reconstrução

Nem todo filósofo declara seu princípio primeiro. Um mesmo autor pode distribuir sua epistemologia, sua metafísica e suas posições éticas por livros diferentes, mudar de vocabulário, responder a problemas locais e corrigir afirmações anteriores. Portanto, a Sistemologia precisa reconstruir o sistema antes de julgá-lo.

Essa reconstrução começa pela identificação do ponto de partida. Cheung sustenta que toda cosmovisão exige um primeiro princípio ou autoridade última e que o restante do sistema depende dele. [^5] A formulação é especialmente útil para a Sistemologia porque obriga o intérprete a perguntar de onde parte a justificação. Algumas tradições declaram esse princípio. Outras o deixam implícito, distribuem sua função entre várias teses ou até recusam a ideia de um fundamento único. Em cada caso, a tarefa é descrever com fidelidade o que o sistema faz e verificar se consegue justificar esse caminho.

Depois disso, o sistemologista procura reconstruir o sistema filosófico que depende desse ponto de partida. A epistemologia ocupa aqui uma posição decisiva, pois qualquer afirmação acerca da realidade, do homem, da moral ou da política inclui uma reivindicação de conhecimento. Dar primazia analítica à epistemologia não transforma metafísica, antropologia ou ética em simples apêndices. O sistema precisa explicar como conhece aquilo que afirma em cada uma dessas áreas.

Em seguida, organiza as relações entre essa base filosófica e a cosmovisão abrangente. Se uma teoria política depende de determinada antropologia, essa relação deve ser demonstrada. Se a antropologia depende de determinada metafísica, é preciso mostrar o vínculo. Se uma epistemologia impede o autor de conhecer aquilo que sua metafísica afirma, temos um problema interno. Se uma prática social pressupõe um conceito de homem que o sistema nunca justificou, isso também precisa aparecer na reconstrução.

Esse trabalho pode ser chamado de **axiomatização sistemológica**, desde que “axioma” não seja usado de modo descuidado. Ninguém precisa forçar todo autor a escrever como um geômetra. O sistemologista procura localizar o princípio primeiro, identificar as proposições filosóficas que exercem função fundacional e representar como cosmovisão, teorias e aplicações dependem delas.

Análise interna

Depois da reconstrução, vem a análise interna. Aqui o sistema é examinado segundo suas próprias afirmações e relações lógicas.

A pergunta principal é simples: as proposições podem ser mantidas juntas?

Se um autor afirma A e também afirma algo incompatível com A, há contradição. Se uma conclusão exige uma premissa que o próprio sistema rejeita, existe uma dependência não resolvida. Se uma doutrina precisa de um critério de conhecimento que a epistemologia adotada não permite, o problema também é interno. Nenhuma crítica externa precisa ser usada nessa etapa.

Esse tipo de análise é importante porque muitos debates filosóficos começam cedo demais pela comparação entre tradições. Em muitas discussões, cada lado acusa o outro por partir de pressupostos que já rejeita. Isso pode ser inevitável em algum momento, mas ainda há trabalho anterior: entender o que cada posição afirma e verificar se cada conjunto de afirmações é coerente consigo mesmo.

A Sistemologia deve ser capaz de apresentar essa estrutura de forma clara. Para a taxonomia proposta aqui, um mapa geral pode começar assim:

```

Princípio primeiro ou autoridade última
!
Sistema filosófico fundamental
(epistemologia, metafísica, antropologia,
ética e demais questões básicas)
!
Cosmovisão abrangente
!
Doutrinas, teorias, juízos e aplicações particulares

```

Esse desenho registra níveis de dependência, não uma cronologia psicológica nem uma ordem obrigatória de capítulos. Sistemas reais podem ter relações cruzadas, lacunas, contradições e caminhos diferentes entre uma área e outra. Em alguns casos, o intérprete partirá das aplicações e seguirá para as bases que elas pressupõem. Em outros, o próprio autor oferece o princípio e desenvolve suas consequências. O mapa serve para registrar relações que foram demonstradas, não para obrigar todo pensador a caber numa forma pronta.

Análise comparativa

Com dois sistemas reconstruídos, a comparação deixa de depender de frases soltas. Pode-se perguntar onde eles discordam no princípio primeiro, onde seus sistemas filosóficos se separam, onde usam a mesma palavra com sentidos diferentes, quais conclusões parecidas foram obtidas por caminhos distintos e em que medida suas cosmovisões e aplicações já dependiam de divergências anteriores.

Pense na comparação entre Clark e Van Til. Uma exposição comum pode organizar tópicos: revelação, lógica, conhecimento, analogia, incompreensibilidade, apologética. A Sistemologia acrescenta outra pergunta: **qual relação de dependência existe entre essas posições?** A diferença apologética decorre de uma diferença epistemológica anterior? O conceito de conhecimento usado por cada autor altera o sentido de outras doutrinas? Onde uma divergência terminológica representa uma diferença real e onde dois vocabulários descrevem algo suficientemente próximo?

O mesmo método pode ser usado para comparar Dooyeweerd, Van Til, Clark e Cheung, ou para analisar tomismo, nominalismo, marxismo, liberalismo, naturalismo, idealismo e qualquer outra tradição que possa ser reconstruída proposicionalmente.

Análise normativa

Até aqui alguém poderia perguntar: “Muito bem, você reconstruiu o sistema e mostrou que ele é coerente. E daí? Coerência prova verdade?”

Claro que não.

Um conjunto de proposições falsas pode ser organizado sem contradição formal. Por isso a Sistemologia precisa de uma análise normativa. Nesse ponto aparece a pergunta que nenhuma filosofia evita: **segundo qual critério algo será julgado verdadeiro?**

Toda avaliação normativa pressupõe algum padrão. Quem afirma que deve aceitar apenas aquilo que os sentidos confirmam já assumiu uma epistemologia. Quem exige verificabilidade científica também assumiu critérios que precisam ser justificados. Quem apela para intuição, razão autônoma, experiência religiosa, consenso ou tradição faz a mesma coisa em outro registro.

A pretensão de neutralidade não resolve o problema, porque o próprio critério usado para definir neutralidade precisa ser conhecido e defendido.

É aqui que proponho uma forma específica da disciplina: a **Sistemologia Escrituralista**.

Sistemologia Escrituralista

A Sistemologia Escrituralista aplica o trabalho de reconstrução, análise, comparação, crítica e desenvolvimento a partir do princípio epistemológico do Escrituralismo. A Escritura é a Palavra de Deus e fornece o princípio primeiro a partir do qual o conhecimento deve ser organizado. Cheung afirma que a Escritura oferece conteúdo suficiente e infalível para a construção de uma cosmovisão abrangente e coerente; Crampton e Bacon, de modo semelhante, apresentam a Palavra de Deus como ponto de partida axiomático da filosofia cristã. [^6] A Sistemologia Escrituralista recebe esse fundamento e procura explicitar com maior precisão as relações entre princípio, sistema filosófico, cosmovisão e aplicação.

Sua definição provisória pode ser escrita assim:

Sistemologia Escrituralista é a disciplina que analisa, compara, critica, desenvolve e aplica sistemas de pensamento a partir da revelação proposicional das Escrituras como princípio epistemológico primeiro.

Isso altera a análise normativa de modo decisivo. O sistemologista escrituralista não precisa fingir que observa todas as filosofias de um ponto neutro. Ele declara seu princípio e pergunta se as afirmações de outro sistema podem ser conhecidas, se contradizem proposições reveladas, se usam categorias incompatíveis com a Escritura e se suas conclusões dependem de pressupostos que não podem ser justificados dentro do próprio sistema.

Mas reduzir a Sistemologia Escrituralista à refutação seria um erro. Refutar sistemas rivais é uma parte do trabalho. A disciplina também precisa desenvolver positivamente as relações entre proposições bíblicas, consequências filosóficas, doutrinas e aplicações. Caso contrário, ela saberia apontar problemas em Kant, Aquino, Marx ou Van Til e teria pouco a dizer quando surgisse a pergunta mais importante: “Certo. E como o sistema cristão deve tratar esse assunto?”

Sistemologia construtiva

A parte construtiva merece destaque porque se relaciona diretamente com o que tenho chamado de Escrituralismo Expansionista.

Uma proposição revelada pode ter consequências que um teólogo anterior não desenvolveu. Uma doutrina pode fornecer premissas para problemas de filosofia da mente, linguagem, política, educação, história ou sociologia. Se a inferência é válida e as premissas são verdadeiras, o fato de uma conclusão não ter sido registrada por um autor anterior não a torna ilegítima.

A Sistemologia construtiva examina justamente essas possibilidades. Ela organiza o que já foi estabelecido, identifica relações ainda pouco exploradas e formula aplicações que podem ser demonstradas. Nesse ponto, a distinção entre sistema filosófico e cosmovisão se torna útil: uma consequência pode exigir primeiro um desenvolvimento filosófico e só depois alterar a maneira como determinado assunto é interpretado dentro da cosmovisão. Isso precisa ser mostrado, e não apenas afirmado. “Aplicar a cosmovisão cristã” não dá licença para batizar preferência pessoal como dedução bíblica. Cada desenvolvimento precisa apresentar suas premissas, seu encadeamento e o grau de necessidade da conclusão.

Há uma diferença importante entre dedução necessária, inferência provável, decisão prudencial e mera preferência. Uma Sistemologia Escrituralista séria precisa registrar essa diferença o tempo todo. Sem isso, qualquer proposta política, estética ou sociológica pode receber o adjetivo “bíblica” por entusiasmo do autor.

Sistemologia aplicada

A aplicação amplia o campo de trabalho. Depois de reconstruir e desenvolver um sistema, pode-se perguntar como suas proposições afetam problemas concretos.

Na educação, por exemplo, uma teoria do conhecimento altera o que se entende por ensino, aprendizado, autoridade e verdade. Na política, uma doutrina do homem e uma teoria moral afetam a concepção de lei, poder, responsabilidade e finalidade do governo. Na historiografia, pressupostos acerca de causalidade, providência, evidência e conhecimento determinam o que o historiador considera uma explicação aceitável. Na sociologia, ideias sobre homem, ação, instituição, ordem e moral orientam a interpretação

dos fenômenos sociais.

A análise aplicada também pode seguir o caminho inverso. Uma prática concreta pode ser examinada para descobrir quais proposições a tornam inteligível. Quando alguém defende determinado modelo educacional ou político, a Sistemologia pode perguntar qual antropologia está sendo pressuposta, qual teoria moral foi assumida e como o defensor afirma conhecer essas coisas.

Assim, a disciplina trabalha em duas direções. Pode partir do princípio primeiro e seguir pela estrutura filosófica, pela cosmovisão e pelas aplicações; também pode começar numa crença, prática ou teoria particular e seguir em direção às bases que ela pressupõe. Essa segunda direção é especialmente importante quando o autor ou a tradição nunca organizou conscientemente seu próprio sistema.

As operações da disciplina

Com o que foi exposto até aqui, já é possível organizar as principais operações sistemológicas.

Identificação: reunir as proposições relevantes de um autor, escola, tradição ou cosmovisão.

Classificação: distinguir princípio primeiro, proposições filosóficas fundamentais, proposições de cosmovisão e afirmações aplicadas, sem confundir essa classificação com o grau de consciência que o autor tinha de cada nível.

Axiomatização: identificar quais proposições exercem função fundacional e como o sistema procura justificá-las.

Reconstrução: representar o sistema de forma coerente com suas fontes e com a melhor interpretação disponível, inclusive quando for necessário partir das aplicações para recuperar seus pressupostos.

Dedução: examinar consequências que podem ser inferidas das premissas identificadas.

Análise interna: verificar coerência, contradições, dependências e problemas de justificação dentro do próprio sistema.

Comparação: confrontar dois ou mais sistemas segundo pontos equivalentes e relações de dependência.

Análise normativa: julgar as reivindicações de verdade segundo um princípio epistemológico declarado.

Desenvolvimento: formular consequências e relações ainda não explicitadas, preservando a diferença entre o que o autor afirmou e o que o sistemologista concluiu.

Aplicação: usar o sistema para examinar questões particulares e, no caminho inverso, identificar os pressupostos presentes em práticas, teorias e instituições.

Essas operações não precisam aparecer sempre nessa ordem. Um estudo histórico pode exigir várias reconstruções antes de qualquer comparação. Uma disputa específica pode começar pela análise de uma proposição aplicada e depois seguir até seus princípios. O importante é saber qual operação está sendo feita e quais limites pertencem a ela.

O que distingue a Sistemologia de disciplinas próximas

“Mas tudo isso já não é filosofia?”

Em sentido amplo, claro que é. A proposta não depende da invenção de um território que ninguém jamais

tenha tocado. Filosofia, história da filosofia, lógica, apologética, teologia sistemática e estudos de cosmovisão já fazem partes desse trabalho.

A razão para falar em Sistemologia é outra: reunir essas operações em torno de um objeto específico, o **sistema de pensamento enquanto sistema proposicional organizado**.

A história da filosofia pode explicar quando uma posição surgiu, quais autores influenciaram seu desenvolvimento e como determinada escola se modificou. A Sistemologia usa esse trabalho, mas pergunta pela estrutura proposicional e pelas relações de dependência.

A lógica oferece regras para avaliar inferências. A Sistemologia usa a lógica para reconstruir e examinar conjuntos amplos de proposições historicamente existentes.

A apologética defende a fé e responde a posições rivais. A Sistemologia Escrituralista fornece parte do instrumental para representar essas posições com maior precisão e verificar onde a divergência realmente ocorre.

A teologia sistemática organiza doutrinas bíblicas. A Sistemologia pode analisar a arquitetura proposicional de uma teologia sistemática, compará-la com outras e estudar suas consequências filosóficas e aplicadas.

Os estudos de cosmovisão classificam crenças abrangentes sobre realidade, homem, conhecimento e valor. A Sistemologia quer ir além da classificação temática: procura distinguir a estrutura filosófica que sustenta uma cosmovisão, localizar seu princípio primeiro, reconstruir dependências entre proposições e acompanhar como essas bases aparecem em teorias e aplicações. É justamente por isso que a distinção entre sistema filosófico e cosmovisão, mesmo sendo mais rígida do que a terminologia de alguns autores escrituralistas, tem utilidade dentro desta proposta.

Portanto, a proposta tem caráter integrador, mas seu objeto e suas perguntas são suficientemente específicos para justificar um nome próprio.

O nome “Sistemologia”

O nome me parece adequado justamente porque é direto. Ele segue uma formação já familiar no vocabulário filosófico e indica com clareza o objeto proposto: sistemas de pensamento considerados em sua organização interna e em suas relações proposicionais.

O uso anterior da palavra na teoria dos sistemas exige apenas uma qualificação quando houver risco de confusão. Em contexto filosófico, **Sistemologia Filosófica** pode servir como nome mais completo. Quando o método assume explicitamente o Escrituralismo, **Sistemologia Escrituralista** identifica a forma normativa e construtiva da proposta.

Eu evitaria inventar uma palavra ainda mais específica apenas para ter exclusividade terminológica. Um termo simples, com uso já reconhecível em outro campo, pode ser delimitado. A definição fará o trabalho que o nome sozinho nunca conseguiria fazer.

Também não vejo problema em reconhecer a conversa com a teoria geral dos sistemas. Há um ponto de contato verdadeiro: ambos os campos querem compreender sistemas pelas relações entre suas partes. A diferença está no objeto principal e no método. Aqui as partes examinadas são proposições, conceitos, inferências, princípios, doutrinas e aplicações.

Escrituralismo, Sistemologia e Expansionismo

Essa distinção talvez seja a consequência mais útil de toda a proposta.

O **Escrituralismo** fornece o princípio epistemológico. Ele responde de onde o conhecimento parte e qual autoridade ocupa a posição fundamental.

A **Sistemologia Escrituralista** fornece o método para reconstruir, analisar, comparar, criticar e desenvolver sistemas de pensamento a partir desse princípio.

O **Escrituralismo Expansionista** descreve o programa intelectual que procura desenvolver e aplicar as consequências da revelação a todos os campos em que isso possa ser feito legitimamente.

Assim, princípio, método e programa podem ser distinguidos sem separação. O Escrituralismo determina a base epistemológica; a Sistemologia organiza o trabalho filosófico; o Expansionismo define uma direção de pesquisa e aplicação.

Essa formulação também impede que o Escrituralismo Expansionista seja entendido como simples desejo de falar de muitos assuntos. Expansão, aqui, exige demonstração. Uma nova área só pode ser incorporada de modo intelectualmente responsável quando as proposições usadas, as inferências feitas e o grau da conclusão estiverem claros.

Um programa de pesquisa

Se a proposta for desenvolvida, será necessário construir um vocabulário técnico estável. Termos como axioma, princípio, proposição derivada, pressuposto implícito, dependência, incompatibilidade, contradição, consequência, aplicação, revisão e desenvolvimento precisam receber definições operacionais.

Também será necessário estabelecer regras de reconstrução. Quando é legítimo atribuir um pressuposto implícito a um autor? Como distinguir consequência necessária de consequência apenas plausível? O que fazer quando um pensador muda de posição? Como representar escolas com várias gerações e divergências internas? Em que momento uma ramificação continua pertencendo ao mesmo sistema ou à mesma escola?

Essa última questão, por exemplo, tem utilidade imediata para a discussão acerca da relação entre Clark e Cheung. Em vez de depender somente de genealogia intelectual ou autodeclaração, a Sistemologia pode comparar princípios, métodos, dependências e desenvolvimentos. A continuidade de uma escola pode ser estudada sistemologicamente.

Outra frente seria a criação de **mapas sistemológicos**. Um mapa de Clark poderia registrar seu princípio primeiro, reconstruir sua estrutura filosófica, mostrar como epistemologia, lógica, metafísica, antropologia, ética e outras áreas se relacionam e, por fim, acompanhar como essas relações aparecem numa cosmovisão e em aplicações particulares. Depois seria possível comparar esse mapa com Van Til, Dooyeweerd, Cheung ou outro autor sem reduzir a comparação a uma lista de temas.

O mesmo instrumento serviria para tradições mais amplas. Um mapa do naturalismo contemporâneo, do marxismo, do tomismo ou do progressismo teria de separar autores e correntes, registrar divergências internas e evitar a falsa impressão de que cada tradição é um bloco sem variação. A Sistemologia deve aumentar a precisão, não substituir história por esquemas fáceis.

Uma proposta aberta

Ainda considero tudo isso uma proposta inicial. Há definições para apertar, fronteiras para testar e problemas metodológicos que só aparecem quando o método é aplicado a casos difíceis. Esse caráter provisório é adequado nesta fase. Uma disciplina merece nome quando o nome ajuda a organizar um trabalho real, e já existe trabalho suficiente aqui para justificar a tentativa.

A Sistemologia que proponho estuda sistemas de pensamento de forma proposicional, identifica seus princípios, reconstrói a estrutura filosófica que sustenta suas afirmações, examina a cosmovisão que resulta dessa estrutura, verifica sua coerência, compara sistemas rivais e acompanha suas consequências até teorias e aplicações. Sua forma escrituralista faz tudo isso a partir da revelação divina como princípio epistemológico primeiro.

Se essa formulação estiver correta, a Sistemologia pode servir como método geral para boa parte do trabalho que o Escrituralismo Expansionista pretende fazer. Em vez de produzir aplicações dispersas, torna-se possível declarar premissas, demonstrar relações, registrar o grau das conclusões e construir uma estrutura intelectual que possa ser revisada, criticada e ampliada com precisão.

Por enquanto, proponho **Sistemologia** para esse conjunto de operações e **Sistemologia Escrituralista** para sua forma normativa, fundada na revelação proposicional das Escrituras.

[^1]: O termo *systemology* aparece na tradição da teoria geral dos sistemas e em formulações contemporâneas da disciplina dos sistemas. Ver David Rousseau, Jennifer Wilby, Julie Billingham e Stefan Blachfellner, *General Systemology: Transdisciplinarity for Discovery, Insight and Innovation* (Singapore: Springer, 2018); David Pouvreau, “On the history of Ludwig von Bertalanffy’s ‘general systemology’, and on its relationship to cybernetics, Part II: Contexts and developments of the systemological hermeneutics instigated by von Bertalanffy”, *International Journal of General Systems* 43, n. 2 (2014), p. 172–245; David Rousseau e Julie Billingham, “A Systematic Framework for Exploring Worldviews and Its Generalization as a Multi-Purpose Inquiry Framework”, *Systems* 6, n. 3 (2018), art. 27.

[^2]: Vincent Cheung, *Questões Últimas*, especialmente o prefácio à edição de 2004 e a seção “Argumentação invencível”. Cheung apresenta os primeiros princípios de um sistema bíblico de filosofia, descreve a cosmovisão como uma rede de proposições inter-relacionadas e sustenta que toda cosmovisão requer um primeiro princípio ou autoridade última.

[^3]: W. Gary Crampton e Richard Bacon, *Filosofia cristã para leigos: Rudimentos de uma cosmovisão*, 1. ed. (Brasília: Editora Monergismo, 2020), prefácio e caps. 1–2. Os autores tratam cosmovisão e filosofia como termos praticamente sinônimos e organizam os elementos básicos da filosofia em epistemologia, metafísica, ética e política.

[^4]: Crampton e Bacon, *Filosofia cristã para leigos*, cap. 2, seção “Epistemologia”. Os autores atribuem à epistemologia função básica na organização do sistema, pois as afirmações metafísicas, éticas e políticas dependem de uma base para o conhecimento.

[^5]: Cheung, *Questões Últimas*, seção “Argumentação invencível”. A análise parte da exigência de um primeiro princípio ou autoridade última, examina a justificação desse ponto de partida e sustenta que ele precisa fornecer conteúdo adequado para epistemologia, metafísica e ética, permitindo a dedução do restante do sistema.

[^6]: Cheung, *Questões Últimas*, prefácio à edição de 2004; Crampton e Bacon, *Filosofia cristã para leigos*, cap. 1, seção “Pressuposições bíblicas”. Nos dois casos, a Escritura é apresentada como

fundamento suficiente para a construção da filosofia ou cosmovisão cristã, embora os autores usem terminologias próprias.